

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA:
ORAÇÃO SEM SUJEITO E SUJEITO INDETERMINADO SOB A ÓTICA DE
MÁRIO PERINI**

**THOUGHTS ABOUT GRAMMAR TEACHING:
SENTENCES WITHOUT SUBJECT AND SENTENCES WITH UNDETERMINED
SUBJECT FROM THE PERSPECTIVE OF MÁRIO PERINI**

Tânia Maria de Oliveira Rosa¹

Oziel Pereira da Silva²

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira³

Resumo: Este trabalho analisa a proposta de Perini (2010) quanto ao estudo/ensino das subcategorias gramaticais oração sem sujeito e sujeito indeterminado. Nosso principal objetivo é verificar a possibilidade de implantação dessa proposta nas aulas de língua portuguesa da educação básica. São igualmente nossos objetivos: i) observar as semelhanças e diferenças entre os conceitos apresentados pela gramática normativa e a proposta funcionalista de Perini; ii) possibilitar aos docentes e discentes o conhecimento de outra perspectiva para o estudo dos recursos gramaticais, diferente daquela contida nos manuais tradicionais. Para isso, comparar-se-ão os conceitos das subcategorias apresentadas em três gramáticas: *Gramática do texto: texto da gramática*, de (CAMPEDELLI e SOUSA, 1999); *Nova gramática do português contemporâneo* (CUNHA e CINTRA, 2007) e *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010).

Palavras-chave: gramática normativa; gramática do português brasileiro; ensino.

Abstract: This paper analyzes the proposition of Perini (2010) as the study / teaching of grammatical subcategories sentences without subject and undetermined subject. Our main goal is to verify the possibility of implementing this proposal in portuguese language classes in basic education. They are also our goals: **i**) to observe the similarities and differences between the concepts presented by the normative grammar and functionalist proposal Perini; **ii**) allow the teachers and students the knowledge of another perspective to the study of grammatical

¹ Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (PPGL/UFT), com pesquisas em semiótica aplicada ao ensino. E-mail: taniarosa10@gmail.com

² Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (PPGL/UFT). Professor da Secretaria Estadual de Educação (PA). E-mail: ozielnna@hotmail.com

³ Professor dos Programas de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) e Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (Profletras), ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem pós-doutorado em Letras pela Universidade da Beira Interior (Portugal) e em Letras Clássicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: luizpeel@uft.edu.br

features, different from that contained in the manuals traditional; for this, it will be compared to the sub-concepts presented in three grammars: *Gramática do texto: texto da gramática*, de (CAMPEDELLI e SOUSA, 1999); *Nova gramática do português contemporâneo* (CUNHA e CINTRA, 2007) e *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010).

Keywords: normative grammar; grammar of Brazilian Portuguese; education.

Introdução

Nas últimas décadas temos assistido a debates (in)ensos envolvendo a língua portuguesa, mais especificamente o ensino de gramática. Isso se deve a questionamentos empreendidos por alguns estudiosos como Antunes (2003; 2007), Silva (2011), Mendonça (2006), Bagno (2007) quanto à eficiência dos princípios teórico-metodológicos tradicionalmente utilizados, bem como relativo ao baixo desempenho dos discentes apresentados nos diversos sistemas de avaliação. Nesse sentido, mesmo entre os que discordam de uma postura mais normativo-prescritivista, há opiniões divergentes:

De um lado, temos os que se posicionam radicalmente contrários ao uso/ensino da gramática em sala de aula, defendendo que tal ferramenta é o símbolo do mais puro anacronismo, visto que propõe um ideal de língua calcado na memorização da terminologia gramatical e totalmente desvinculado das práticas sociais, do uso real dos falantes. Assim, para os que defendem essa concepção teórica, a gramática deveria ser banida da sala de aula, posto que não ajuda os discentes a desenvolverem, dentre outras, as competências básicas de leitura e escrita, objetivo primordial do ensino de língua materna.

Uma rápida leitura nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) demonstrará que o postulado defendido por esse primeiro grupo já é [considerada como] uma questão resolvida: “[...] discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la.” (BRASIL, 1998, p. 25). Ressalte-se que, em momento algum, esses documentos desautorizam o uso da gramática pelo professor; o que questionam é o trabalho pautado em aspectos normativo-prescritivos presentes em exercícios de cunho meramente estrutural e totalmente descontextualizados. A proposta, por sua vez, é de que haja articulação entre as atividades de leitura, produção de textos orais e escritos e atividades de análise linguística, a serem concretizados no trabalho com os diversos gêneros textuais.

A esse respeito, discorre Mendonça:

a nomenclatura técnica é parte dos objetos de ensino, ou seja, *nomear os fenômenos é necessário* para a construção de qualquer saber científico. A nomenclatura é mais uma ferramenta no processo de aprendizagem, *o que não equivale a eleger como objetivo das aulas* o domínio dos termos técnicos [...] (MENDONÇA, 2006, p.217) (destaques nossos)

Retomando a discussão iniciada anteriormente, temos do outro lado os que se posicionam mais moderadamente. Defendem não a retirada compulsória da gramática da sala de aula, mas um aprofundamento teórico-conceitual e uma reformulação metodológica que atendam às demandas reais dos fenômenos linguístico-discursivos.

O primeiro aspecto diz respeito a uma teoria que extrapole os conceitos, pouco consistentes, da gramática normativa – por exemplo, a noção filosófica e não linguística de “sujeito”⁴ (BAGNO, 2007) que apresenta formas gramaticais com sentidos únicos e inequívocos, reféns do sistema da língua.

O segundo aspecto citado se refere à maneira como o ensino de gramática vem sendo praticado nas aulas de língua materna. São fartos os exemplos de professores que ainda empregam boa parte do tempo ao estudo (mnemônico, acrítico e passivo) de nomenclaturas, sem qualquer análise voltada para a função ou para o sentido desses recursos nos enunciados. É certo que muitos o fazem não porque queiram, mas por haverem aprendido que esta é a única forma de se ensinar a língua portuguesa. Ou seja, o fazem por força da “tradição”, que reverbera nos próprios referenciais curriculares ou ainda em livros didáticos.

É exatamente na perspectiva chamada aqui de “moderada” que situamos o pesquisador da área de linguagem Mário A. Perini, atualmente professor no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais, e autor de *Gramática do português brasileiro* (2010), uma obra segundo ele mesmo destinada “a alunos e professores de letras, assim como a professores de língua de todos os níveis” (PERINI, 2010, p. 26). Esse estudioso é um dos que militam em prol de um ensino de língua menos normativo e mais descritivo, baseado no padrão “real”, usado diariamente pelos brasileiros nas variadas situações comunicativas (formais e informais). Uma de suas queixas quanto ao ensino tradicional de gramática, é que

o estudo de gramática, tal como praticado atualmente contribui para a analfabetização científica dos estudantes: por fornecer resultados sem focalizar os métodos de obtê-los; por, muitas vezes, lidar com dados fictícios [...]; por desencorajar a dúvida e o

⁴ Sugerimos, ainda, a leitura de PERINI (1985) e FRANCHI (1991) para melhor compreensão dos critérios [confusos] utilizados pelos compêndios gramaticais quanto às definições de “sujeito”.

questionamento; em uma palavra, por encorajar a crença acrítica em doutrinas aprendidas, mas não justificadas. (PERINI, 2010, p.34-5)

Logo, a conclusão a que o autor chega é que “nas aulas de gramática não se aprende gramática, nem sequer se estuda gramática”, conforme razões expostas acima.

Reforçamos que Perini, assim como os demais estudiosos que defendem a segunda concepção abordada, não questiona a necessidade de se ensinar/aprender o português padrão (falado e escrito). A questão, afirma, “é se estudar gramática é o caminho para se adquirir essa competência”, e taxativamente assegura: “toda a evidência indica que não é” (PERINI, 2010, p. 35). Para ele, o estudo/ensino da gramática, ao invés de focalizar regras e normas desvinculadas de contextos de uso, deve se efetivar empiricamente, visto que é uma disciplina científica, que “tem como finalidade o estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real” (PERINI, 2010, p. 37).

Em síntese, as principais proposições desse teórico seriam: 1) “A gente aprende a escrever lendo e escrevendo, e o recurso gramatical é, na melhor das hipóteses, uma coisa marginal”; 2) “a gramática *pode* contribuir para a alfabetização científica, se a tratarmos da maneira adequada” (PERINI, 2010, p.39). Complementando suas afirmações, os objetivos traçados para um ensino significativo de língua materna somente serão alcançados quando: a) for abandonada de vez a crença em falsas promessas, como a de que estudar gramática é o caminho para desenvolver o desempenho na língua escrita, opinião também compartilhada por Antunes:

Não basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso, [...] a interação verbal requer ainda: o conhecimento do real ou do mundo; o conhecimento das normas de textualização e o conhecimento das normas sociais de uso da língua. (ANTUNES, 2007, p. 53 a 63);

b) quando for assumida uma atitude científica frente ao fenômeno da linguagem; c) quando forem propostas atividades que envolvam a observação e eventual manipulação de fatos da língua; [...] d) quando, enfim, ficar realmente claro que fazer gramática é estudar os fatos da língua, e não construir um código de proibições para dirigir o comportamento linguístico das pessoas (PERINI, 2010, p. 39, 40).

Diante das informações veiculadas, o interesse de nossa análise recai sobre a ampliação conceitual proposta pelo autor em relação às subcategorias “orações sem sujeito” e “sujeito indeterminado” (capítulos 4 e 5), tendo em vista que a abordagem por ele efetuada apresenta uma visão diferenciada dos pressupostos estabelecidos pela concepção tradicional-normativa.

Desse modo, partimos da seguinte questão norteadora: Os conceitos de oração sem sujeito e sujeito indeterminado, tais como propostos por Perini (2010, p. 26) são aplicáveis de maneira funcional em sala de aula? E, ainda: Os exemplos que utiliza estão de acordo com as atuais propostas para ensino de língua portuguesa previstos por documentos como os PCN (BRASIL, 1998)?

Para a consecução dos objetivos fez-se um estudo comparativo entre a *Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010), a *Gramática do Texto: texto da gramática* (CAMPEDELLI e SOUZA, 1999) e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA e CINTRA, 2007).

1 Conhecendo as obras

Apresentaremos a seguir recortes dos respectivos textos de apresentação das três gramáticas selecionadas para análise.

A) *Gramática do texto: texto da gramática* (doravante, GT)

[...] trabalha com a estrutura gramatical da língua portuguesa, que é falada por quase duzentos milhões de pessoas. Mas não segue o árido caminho que se imagina quando se toca nesse assunto. O grande objetivo que nos norteou na escrita deste livro foi tornar leve e agradável o ensino da gramática, ensiná-la sem opressão. [...] Cada lição trabalha com textos dos mais variados [...]. Por isso você terá aqui significativos encontros com a linguagem. Os exercícios também seguem a intenção de praticar o idioma no texto. Afinal, aprimorar a capacidade comunicativa por meio do texto é uma forma de ampliar seu relacionamento com o mundo. (CAMPEDELLI e SOUZA, 1999, s/p.)

B) *Nova gramática do português contemporâneo* (doravante, NGPC)

As características gerais desta *Nova Gramática do português contemporâneo* são fáceis de definir. Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Notar-se-á [...] uma permanente preocupação de salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna este livro não apenas uma gramática, mas, de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 24).

C) *Gramática do Português Brasileiro* (doravante GPB)

Esta gramática tem objetivos diferentes das gramáticas usuais, e por isso requer alguma explicação prévia. Os pontos de diferença principais dizem respeito não à análise dos fatos da língua, mas à atitude a assumir frente aos estudos gramaticais. O objetivo deste livro é descritivo: ou seja, pretende descrever como é o português Brasileiro, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua. [...] Outra característica importante deste livro, que não deixará de chamar a atenção dos leitores, é que ele inclui, em maior medida do que as gramáticas usuais, a apresentação, explicação e discussão dos conceitos utilizados na análise. [...] Discuto também, em certos pontos, o porquê de se utilizar esses conceitos na análise - e isso não aparece nas gramáticas tradicionais. A razão é que não é possível estudar gramática (nem disciplina nenhuma) sem dominar certos conceitos básicos; e os conceitos da gramática tradicional são em grande parte inadequados. [...]. Assim, apresento aqui não apenas a gramática da língua propriamente dita, mas também alguns conceitos que para o leitor podem ser novos. O objetivo é levar o leitor a um conhecimento consciente das estruturas da língua, não apenas à memorização de um conjunto de afirmações mais ou menos gratuitas. E a razão do estabelecimento desse objetivo é minha convicção de que a gramática deve ser uma disciplina científica (PERINI, 2010, p. 17, 21-22)

Apresentaremos apenas a análise desenvolvida com base nos conteúdos das respectivas gramáticas. Vejamos:

GT e NGPC
ORAÇÃO SEM SUJEITO (Verbo <i>HAVER</i>)
GT: Por valorizar apenas o padrão escrito formal, não menciona o verbo <i>TER</i> como sinônimo de <i>haver</i> (contexto formal), comum no português brasileiro (contexto formal e informal). NGPC: Ao contrário da GT, menciona o verbo <i>TER</i> como sinônimo do verbo <i>haver</i> .
(Verbos <i>FAZER</i> , <i>HAVER</i> e <i>IR</i>)
GT: Não contém nenhuma observação quanto ao uso do verbo <i>ir</i> [como na construção <i>ir para</i>], também indicando tempo decorrido. NGPC: Apresenta o verbo <i>ir</i> [acompanhado de <i>para</i>] na indicação de tempo transcorrido.

GPB
ORAÇÃO SEM SUJEITO
Antes de iniciar sua reflexão sobre esse assunto, Perini retoma alguns conceitos estudados nas seções anteriores, quais sejam: 1) “o sujeito é um sintagma nominal que tem uma relação especial com o sufixo de pessoa-número do verbo”; 2) “o sujeito tem um papel temático, ou seja, tem uma relação semântica com o verbo.” Mas esclarece: “o sufixo de

pessoa-número não é o sujeito; e o papel temático expresso pelo sujeito também não é o sujeito; o sujeito é um SN presente na oração.” (PERINI, 2010, p. 77).

Os esclarecimentos apresentados pelo autor são importantes porque servirão de fundamento à sua exposição, sobretudo ao primeiro e segundo tópicos:

4.1. Omissão do sujeito: Consideramos o que está abordado neste tópico e no seguinte, como as grandes “diferenças” apresentadas por Perini em relação ao que aparece nas gramáticas tradicionais, no tocante à subcategoria em questão. Ou seja, enquanto nestas o sufixo de pessoa-número é apresentado como “Sujeito Oculto”, “Sujeito Elíptico” ou ainda, “Sujeito Desinencial” (P. ex.: [1] Rasguei o cheque), para ele tais nomenclaturas inexistem (PERINI, 2010, p. 68). Logo, a construção que apresenta o sufixo de pessoa-número é categorizada como Oração sem sujeito, porque não há na oração um SN anterior ao verbo, como em [2] Eu rasguei o cheque.

4.2. Imperativo: Segundo anunciado anteriormente, a inclusão desse modo verbal na subcategoria em análise é outra novidade trazida pela GPB, considerando a que o sujeito do imperativo sempre se refere a um ouvinte, aspecto não tematizado pelas outras duas gramáticas.

4.3. Verbos que raramente ocorrem com sujeito

4.3.1. (Verbos *Ter, haver, existir*)

Percebe-se, que Perini apresenta primeiramente o verbo *ter* em relação aos demais, e essa não é uma escolha aleatória, considerando que seu foco de interesse recai sobre o português falado. Na visão do autor, esse verbo vem sendo usado pelos brasileiros, tanto em situações formais quanto informais, ao contrário do verbo *haver*, [usado apenas em contextos formais] tal qual apresentado pela G.T. Ver exemplos [10] e [12].

Deve-se salientar que não há qualquer proposta de mudança quanto à essência da “regra/conceito”, posto que esta não é a intenção do autor; De modo que, “no significado de ‘apresentação de existência’ *ter* (e, quando usado, *haver*) nunca tem sujeito. Assim, nos casos em que a concordância seria visível, ela não acontece: [14] Teve dois acidentes na minha rua. (e não *tiveram...*). E, prossegue: “Nisso esse verbo se distingue de *existir*, de significado muito semelhante, mas que pode ocorrer com sujeito: [15] Existiam animais enormes nessa época.” (PERINI, 2010, p.80)

GT e NGPC
SUJEITO INDETERMINADO
Em ambas as gramáticas a apresentação dessa subcategoria dá-se de forma idêntica, (verbo na 3ª pessoa do plural e não há sujeito expresso na oração ou quando o verbo está na 3ª pessoa do singular, seguido do índice de indeterminação do sujeito se.
GPB
SUJEITO INDETERMINADO
<p>A novidade conceitual apresentada por Perini em relação à subcategoria “Oração sem sujeito” é também repetida aqui. Tal como naquela, o autor inova ao discutir aspectos como sintagma determinado, determinante e o sintagma indeterminado propriamente dito, mostrando que a inter-relação entre eles influencia na indeterminação do sujeito. (P. ex.: “<i>esse menino é louro</i>”; “<i>menino dá muito trabalho</i>”. (PERINI, 2010, p. 83)</p> <p>Não é novidade afirmar, que numa abordagem tradicional-normativa o segundo exemplo seria certamente classificado como “Sujeito determinado simples”. Como visto, o autor esclarece que a ausência de <i>determinante</i> torna esse tipo de construção em Sujeito Indeterminado, posto que “estamos falando dos meninos em geral”, logo um termo genérico.</p> <p>Outro acréscimo conceitual se dá quando o autor afirma que: 1) “a indeterminação não se restringe ao sujeito.” (PERINI, 2010, p.83). De acordo com ele, numa oração como [1] “A menina já comeu.”, temos um <i>objeto</i> (no caso, <i>Paciente</i>) <i>indeterminado</i>, uma vez que não se especifica o que foi que a menina comeu, porque é provavelmente irrelevante.</p> <p>Prosseguindo com sua reflexão, Perini mostra que, 2) numa frase passiva escamoteia-se totalmente o Agente, enquanto o <i>Paciente</i> aparece na função de sujeito: [2] “Meu carro foi depredado.”; 3) A construção ergativa, isto é, aquela cuja construção é SN (com <i>Sujeito Paciente</i>) + V, é também considerada por ele, um fator de indeterminação do sujeito. Por exemplo:</p> <p>[3] A vidraça quebrou.</p> <p>Em casos como esse, quando o verbo permite, “o Agente é totalmente indeterminado, ficando sugerido que ele pode nem existir.” E prossegue, “A vidraça pode ter quebrado em virtude de uma mudança de temperatura” (PERINI, 2010, p. 84).</p> <p>Mais uma vez, não é exagero afirmar que construções como [3] são classificadas apenas como <i>Sujeito Simples</i>, pela tradição normativa.</p>

Vejam, ainda, os recursos sintáticos e lexicais responsáveis pela indeterminação do sujeito:

[...]

c) O verbo sem sujeito na terceira pessoa do singular, que “parece ser restrito a referentes humanos”:

[9] Para ir na pracinha segue essa rua até o final e vira à direita.

OBS: “[...] exclusiva do PB.”.

d) O infinitivo sem sujeito:

[11] Nadar é bom para a saúde.

e) “[...] há um bom número de itens lexicais que são usados para indeterminar o sujeito, em geral restringindo a referência a seres humanos. São usados principalmente SNs como *a pessoa, o sujeito, o cara*; e pronomes pessoais como *você, a gente, eles, tu*” (PERINI, 2010, p. 85).

Ex.: [14] O sujeito toma droga e ameaça quebrar tudo.

Segundo o autor, “Talvez o item lexical mais usado nessa função seja *eles*”:

[19] Eles fecharam a passagem por essa rua.

[20] Eles vão acabar deixando a inflação voltar (PERINI, 2010, p. 85).

2. Discussão da análise: um olhar sobre a proposta de Perini (2010)

O percurso até aqui transcorrido mostra-nos que há um real interesse por parte dos estudiosos da linguagem em dar novos rumos ao ensino de língua portuguesa, um esforço que visa ao deslocamento das práticas abstratas para as de uso real da língua. Certamente, os passos ainda são inseguros, cada pesquisador procurando apresentar suas propostas, intencionando inovar/mudar a realidade do ensino dessa disciplina.

A proposta do autor em estudo é uma tentativa de reestruturação do ensino de gramática a partir do português brasileiro falado. Vale ressaltar que, até bem pouco tempo, essa variedade da língua não era objeto de estudo do ensino formal. Somente a partir das reflexões da Sociolinguística, bem como da conseqüente reformulação da educação nacional pelos documentos oficiais, é que ela passou a ganhar importância nas salas de aula e, muito particularmente, pelo estudo dos gêneros textuais (cf. BRASIL, 1998).

As teorizações apresentadas por Perini em GPB são descritas como tendo por intuito apresentar aos leitores um percurso investigativo diferente daqueles que são apresentados nas/pelas gramáticas usuais (PERINI, 2010, p. 21). Utiliza-se, para isso, de conceitos “novos”, “mais científicos”, cuja finalidade é tornar o leitor um conhecedor consciente da estrutura da língua (PERINI, 2010, p. 21). Considerando-se que esse é um momento de transição no que se refere ao ensino de língua materna, é inquestionável que a proposta “diferenciada” de Perini tem seus méritos. Vejamos:

1- ORAÇÃO SEM SUJEITO

Na abordagem dessa subcategoria é flagrante a diferença entre a proposta de Perini (2010) em relação às demais obras em discussão, sobretudo quando ele, perspicazmente, reflete a relação entre os sintagmas formados apenas pelo *sufixo de pessoa-número* (tradicionalmente conhecido como sujeito elíptico, oculto ou desinencial – P. ex.: [1] Rasguei o cheque) e, ainda, dos verbos empregados no modo Imperativo com a subcategoria Oração sem Sujeito, algo até então impensado pelos estudos gramaticais tradicionais que obedecem a um critério fixo, rígido e sem interligação entre as categorias gramaticais.

Quanto aos verbos que raramente ocorrem com sujeito (*ter, haver, existir*), destacamos apenas a predileção do autor pelo verbo *ter*. Conforme afirmamos anteriormente, essa não é uma escolha aleatória, tendo em vista que o emprego desse verbo é corrente na fala (informal ou formal) de boa parte dos brasileiros. À semelhança da GT e da NGPB, a GPB mantém a essência da regra para o emprego desse verbo.

2- SUJEITO INDETERMINADO

Assim como no estudo da Oração sem Sujeito, nesse tópico Perini faz apontamentos esclarecedores, quando: a) discute as noções de *sintagma determinado, determinante e sintagma indeterminado*, aspectos ignorados pelas outras gramáticas em confronto. Julgamos que tais informações são relevantes, uma vez que alteram radicalmente a compreensão do fenômeno linguístico a ser analisado provocando, inclusive, uma mudança de subcategoria: de Sujeito determinado simples para Sujeito indeterminado, segundo essa ótica;

Cabe aqui um parêntese, para lembrarmos que na perspectiva do funcionalismo linguístico⁵ as categorias/classes gramaticais apresentam um *caráter não-discreto*, “porque, no lento processo de extensão de membros de uma categoria, há uma constante alteração de limites, com redefinição de protótipos.” (NEVES, 2011). Trocando em miúdos: A ideia de fixidez dos elementos linguísticos a uma classe gramatical (tal como proposto pelas gramáticas) deve ser visto com cautela, posto que em muitos dos usos reais da língua é possível observarmos exemplos de movência dos elementos de uma categoria a outra, evidenciando, assim uma *fluidez* entre elas. (cf. PERINI, 2002; MARQUES e KANTHACK, 2013)

b) mostra que o fenômeno da indeterminação não se restringe ao sujeito, podendo ocorrer com o *objeto* (objeto indeterminado); c) mostra que no emprego de uma frase passiva o Agente aparece indeterminado e o Paciente assume a função de sujeito; d) apresenta o conceito inovador de *Construção Ergativa* [(SN – com sujeito paciente –) + V], totalmente desconhecida por parte daqueles que se utilizam das gramáticas tradicionais; e) traz empregos verbais exclusivos do português brasileiro e, ao que parece são restritos a referentes humanos (verbo sem sujeito na 3ª pessoa do singular); f) torna conhecidos diversos itens lexicais capazes de indeterminar o sujeito.

Por tudo isso, consideramos que a proposta apresentada por Perini é realmente *diferenciada* (e não inovadora). E, já nos justificamos:

O estudioso da UFMG realmente cumpre parte do que promete em sua obra, conforme expusemos anteriormente. Contudo: i) à semelhança de outros estudiosos, dentre eles Travaglia (2006), traz aprofundamentos teóricos calcados em nomenclaturas tão complexas quanto as que aparecem nas gramáticas tradicionais (por exemplo, o 2º e o 7º capítulos) e sem nenhuma modificação aparente que ajude ao professor em sua prática; ii) Os exemplos apresentados, ainda que pertencentes ao português falado, são descontextualizados. Isso certamente não difere em nada dos conceitos e exemplos presentes na GT e na NGPC, aqui analisadas. Entendemos que essa postura se mostra tão prejudicial quanto a postura tradicional, por ele mesmo criticada.

É sabido que desde a publicação dos documentos que parametrizam nossa educação (PCN e congêneres), a orientação é que o estudo da língua se dê de modo contextualizado e reflexivo, e não descontextualizado e baseado na memorização da nomenclatura (cf. BRASIL, 1998, p. 23).

⁵ Para um conhecimento aprofundado do Funcionalismo linguístico, além da obra citada, sugerimos a leitura de NEVES (1997), dentre outros.

O texto, portanto, materializado nos diversos gêneros que circulam diariamente nas diversas esferas ou domínios sociais, deve ser o objeto de estudo privilegiado pelo professor. Compreendemos, ainda, que isso se torna mais grave por ser “um livro destinado a alunos e professores de letras, assim como a professores de línguas de todos os níveis – pessoas que já conhecem os rudimentos da gramática.” (PERINI, 2010, p. 26). Conhecer os rudimentos da gramática não é garantia de um estudo qualitativo da língua. Além do mais, a tendência natural é de que aqueles a quem se destina a obra se tornem meros repetidores dos conceitos e exemplos que nela encontrarem como geralmente acontece. iii) Nossa compreensão sobre o uso do pronome sujeito “ele” como item lexical marcador de indeterminação do sujeito, vai à contramão do posicionamento do autor. Da maneira (descontextualizada) como esse significante foi apresentado, ele realmente levará ao que Perini argumenta. Todavia, não é sensato passar a ideia de que esse elemento gramatical sempre aparece assim, não levando em conta que, em um contexto específico, há sempre uma referência anafórica à qual ele se relaciona. Um exemplo pode ser visto em um fragmento retirado de uma reportagem veiculada no último dia 07 de fevereiro de 2014:

O artefato tem 60 gramas de explosivo. Apenas dois pedaços foram recolhidos no local. Este tipo de artefato é apreendido com frequência nas manifestações, disse o técnico do Esquadrão Antibombas da Core Elington Cacella. *Ele* acrescentou que o explosivo é vendido em casas de fogos, mas a lei determina que o comprador seja maior de 18 anos e o lançamento, feito com autorização prévia. (destaque nosso)⁶

Conforme demonstramos acima, a tese do autor não se sustenta diante de um exemplo retirado de uma situação real de uso da língua. Sendo assim, o mais coerente seria orientar o leitor/estudante para a observação do contexto no qual o pronome em estudo, aparece.

Por sinal, se considerarmos o panorama do estudo aqui focado – sujeito gramatical – , veremos, sem dificuldades, que as obras analisadas limitam-se à atribuição mecânica de *rótulos* (definição de sujeito e seus tipos), os quais, certamente, se desdobrarão em exercícios de simples identificação em sala de aula. Nesse sentido, “O processo de eleição do tipo de sujeito – processo para cuja motivação, na verdade, os limites da oração não são os determinantes únicos – fica absolutamente sem avaliação” (NEVES, 2013, p. 23). Na verdade, saber identificar o sujeito de uma oração somente tem real valor se, dentre outros, “[...]”

⁶ Reportagem veiculada no sítio <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02> que trata de um suposto atentado a um cinegrafista de uma emissora de televisão.

procurarmos descobrir por que o autor escolheu, entre outras possibilidades sintáticas, aquela do sujeito indeterminado” (ANTUNES, 2010, p. 60). Segundo a mesma autora,

A opção por indeterminar o sujeito tem, sempre, razões pragmático-discursivas diversas: pode não ser conveniente, politicamente, indicar os agentes responsáveis por certas ações. O melhor, pois, é apelar para um ‘se’ que indetermina, ou seja, esconde as reponsabilidades (‘Fala-se em prorrogação do mandato d[a] presidente’, por exemplo). (ANTUNES, 2010, p. 60)

Conclui-se que saber identificar/nominar o tipo de sujeito de determinada oração por simples costume/obediência à tradição normativa não produz resultados significativos quanto ao conhecimento gramatical de que o aluno carece e, muito menos, amplia a sua percepção do funcionamento da linguagem (NEVES, 2013) Conclui-se, igualmente, que a perspectiva que enfoca a construção dos sentidos permite uma percepção mais ampla e significativa da língua, como também abre espaço à ressignificação metodológica da própria disciplina, visto que, se valendo da metalinguagem como suporte, analisa sistemática e reflexivamente os recursos linguísticos, diferentemente da abordagem tradicional, em que o estudo (sem função) da metalinguagem é feito mediante a reprodução da “[...] clássica metodologia de definição, classificação e exercitação [...]” (BRASIL, 1998, p. 29), tendo a memorização como principal recurso.

3. Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste trabalho objetivaram discutir aspectos relacionados ao estudo/ensino de dois tópicos gramaticais específicos: Oração sem Sujeito e Sujeito Indeterminado sob a ótica do pesquisador Mário Perini investigando, sobretudo, a possibilidade de efetivação de suas propostas pelos professores da educação básica.

De modo geral, pode-se afirmar que essas discussões têm como pano de fundo a necessidade de reformulação do ensino de língua materna, já constatada por estudiosos nas décadas de 70 e 80 do século passado, devido ao caráter extremamente normativo dos estudos da linguagem valorizados à época, cujas teorias se apresentaram como inquestionáveis, sendo acriticamente adotadas por autores de gramáticas e de livros didáticos e, de igual modo, transmitidas aos estudantes.

Contudo, diversos estudiosos – dentre eles, Perini – têm empreendido duras críticas a esse caráter absoluto das “verdades” conceituais defendidas pela tradição normativa. Em suas

obras, o autor sempre põe em xeque, dentre outros, a inconsistência teórica e o caráter de não cientificidade apresentado por esses manuais (PERINI, 2010).

Na obra *Gramática do Português Brasileiro* (2010), Perini não foge à regra: faz uma longa e densa exposição das teses que defende, propondo mudanças teórico-metodológicas ao ensino prescritivo-normativo, utilizando como principal instrumento/recurso, o aprofundamento teórico. Conforme visto, em nosso percurso investigativo selecionamos outras duas obras GT e NGPC, para estabelecermos um paralelo entre as três. Esperamos que, mediante a análise, o leitor tenha percebido as contribuições do autor para a ampliação dos conceitos apresentados.

Porém, na tentativa de responder à indagação maior de nosso trabalho, entendemos que alguns professores da educação básica provavelmente encontrem dificuldades para implantar as propostas de Perini em sala de aula. Isso talvez se dê devido o longo percurso trilhado por eles em obediência à tradição dos estudos gramaticais, que sempre privilegiou o estudo da língua a partir de suas unidades mínimas (fonema, letra, sílaba, etc.). Sendo assim, será muito mais cômodo (por uma série de outros fatores, dentre eles, a carga excessiva de trabalho) continuar reproduzindo o que já “está pronto”, do que se aventurar a conhecer outras teorias e metodologias de ensino mais significativas. Outra provável “barreira” que acreditamos que dificulte a efetivação das ideias do autor é a nomenclatura nova e complexa utilizada por ele. Se observarmos atentamente toda a obra, constataremos que há ali inúmeros termos que são totalmente desconhecidos de significativa parte dos professores da educação básica. Ousamos em afirmar que nem mesmo os docentes que agora se graduam conhecem determinadas terminologias, quanto mais os que atuam na docência há mais tempo. Desse modo, a concretização das proposições do pesquisador conduz à necessidade de um longo período para estudo e aperfeiçoamento desses profissionais para que, então, pudessem se adequar ao que o teórico sugere, com grandes desafios para a formação continuada.

No entanto, não imagine o leitor que ao tecer os comentários acima, sejamos contrários ao que Perini propôs ou que queiramos dificultar ou desencorajar o conhecimento de sua obra pelos professores, ao contrário. Evidentemente, quando se deseja realmente mudar a *práxis*, tanto uma quanto outra dessas barreiras podem ser perfeitamente rompidas. Logo, aos professores de quaisquer dos níveis de ensino resta apreciar criticamente os postulados ali escritos e, diariamente, reconstruir novas práticas significativas de ensino de linguagem.

Consideramos, portanto, que não há razão justificável para continuarmos insistindo em uma metodologia que privilegia apenas o estudo da terminologia gramatical desvinculada dos contextos de uso da língua, ignorando as múltiplas dimensões que esta possui. Nesse sentido, concordamos com a abordagem de Antunes (2010, p. 59), quando defende que “[...] o apelo maior deve ser orientado para a descoberta e a compreensão dos sentidos, das intenções e da função com que as coisas são ditas, [...] perceber a função pretendida para cada uso, para cada escolha”, e não para a memorização mecânica da nomenclatura gramatical constante em exercícios descontextualizados de gramática, uma vez que a tão almejada competência comunicativa de nossos discentes depende, em termos de ensino, do estudo reflexivo e de práticas concretas de linguagem, materializadas nos textos/gêneros que circulam socialmente.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003- (Série Aula; 1)

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007- (Estratégias de ensino; 5)

_____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*. Ensino Fundamental II. Brasília: MEC, 1998.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa. *Gramática do texto – texto da gramática*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 4. ed. revista e ampliada. - Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FRANCHI, Carlos. *Criatividade e gramática*. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo: SE/SEN, 1991 39 p.

MARQUES, Renata Moreira; KANTHACK, Gessilene Silveira. *Aí, Assim e Então: Uma descrição sintático-semântica*. *Nome – Revista de Letras*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 38-49, jan.-jun. 2013.

MELO, Kátia. *Rojão que feriu cinegrafista no Rio não foi lançado por policial, diz delegado*. *Reportagem*. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02>. Acesso em: 07 fev. 2014.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: _____ BUNZEN, Clécio. ; MENDONÇA, Márcia (org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.199-226.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Texto e gramática*. 1. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. 4 ed., São Paulo: Contexto, 2013.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Sofrendo a gramática: Ensaio sobre a linguagem*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Educação linguística; 4)

SILVA, Wagner Rodrigues. *Estudo da gramática no texto: demandas para o ensino e a formação do professor de língua materna*. Maringá: Eduem, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 1996, v.1. p. 245.

Recebido em 03.10.2016
Aprovado em 03.02.2017